

JUSTIÇA SOCIAL E REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO:

uma análise de palavras-chave sobre o apagamento da temática indígena na BDTD/UFAM

Cleiton da Mota de Souza

<https://orcid.org/0000-0003-1535-7240> | cleiton.mota.s@gmail.com
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Célia Regina Simonetti Barbalho

<https://orcid.org/0000-0002-4657-9156> | celia.simonetti@gmail.com
Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Resumo:

Este estudo investiga as discrepâncias terminológicas na representação da temática indígena na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas (BDTD/UFAM). Por meio de análise métrica e de redes de palavras-chave via *software VOSviewer*, confronta-se a indexação autoral com o vocabulário controlado institucional. Os resultados revelam que, enquanto os autores utilizam redes semânticas densas e decoloniais, o sistema impõe uma topologia fragmentada e generalista. Conclui-se que a política de indexação atual promove o apagamento de especificidades regionais e epistemológicas, resultando em silenciamento informacional e na perpetuação de um imaginário colonial sobre a Amazônia.

Palavras-Chave: Organização do Conhecimento. Temática Indígena. Análise de Redes. BDTD/UFAM. Garantia Cultural.

EIXO TEMÁTICO:

Acesso Aberto, Ciência Aberta e Dados Abertos

MODALIDADE:

Resumo expandido

DOI: 10.22477/x.ebbc.1106

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SOUZA, Cleiton da Mota de; BARBALHO, Célia Regina Simonetti. Justiça social e representação do conhecimento: uma análise de palavras-chave sobre o apagamento da temática indígena na BDTD/UFAM. *In*: EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. 10. **Anais [...]**. Curitiba, 2026. DOI: 10.22477/x.ebbc.1106. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/x.ebbc.1106>.



1 INTRODUÇÃO

A produção científica sobre povos indígenas na Amazônia representa um campo de conhecimento complexo, atravessado pelos saberes tradicionais desses povos, questões políticas e identidades que desafiam os modos universais de organizar a informação. Na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Amazonas (BDTD/UFAM), essas produções são essenciais para preservar a memória regional e valorizar as identidades locais. Entretanto, surge uma questão epistemológica importante: há diferença entre a indexação feita pelos próprios autores, ou seja, as palavras-chave escolhidas por eles, e a indexação controlada, realizada segundo termos padronizados pelo sistema BDTD/UFAM?

Este estudo parte da ideia de que sistemas de classificação e tesouros frequentemente refletem vieses baseando-se em uma lógica cartesiana e colonial que modifica a rede original de significados e marginaliza os conhecimentos locais. Assim, por meio da Análise de Redes, a pesquisa mapeia a estrutura semântica das produções acadêmicas indígenas nos programas de pós-graduação da UFAM, buscando verificar se a linguagem dos autores, que visivelmente se constituem de maneira orgânica e complexa ao conectar saberes ancestrais, território e resistência, é reconhecida pelo sistema institucional de representação do conhecimento, o qual tende a fragmentar e simplificar.

O artigo estrutura-se em quatro partes: fundamentação teórica sobre garantias literária e cultural no contexto amazônico, detalhamento metodológico da análise de dados via *VOSviewer*, discussão dos resultados comparativos e considerações finais sobre o apagamento terminológico e a descolonização das políticas de indexação regional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica desta pesquisa conecta a Organização do Conhecimento à lente decolonial, explorando o conflito entre estruturas globais e particularidades regionais. O estudo ancora-se no princípio da Garantia Literária de Hulme (1911), que preconiza que a representação documental deve derivar da própria literatura produzida. Todavia, quando aplicada a grupos minoritários, essa premissa é confrontada pela Garantia Cultural de Beghtol (2002), a qual postula que os sistemas de organização do conhecimento precisam ser éticos e sensíveis ao contexto sociocultural e aos valores das comunidades representadas.

A representação indígena exige o “poder de nomear”, conceito defendido por Olson (2002), a autora critica a parcialidade e o viés colonizador dos sistemas de organização do conhecimento, que falham em conceder identidades ao se limitarem a conceitos validados pelos centros de privilégio. É sob esse risco que opera a BDTD/UFAM, adotando linguagens hegemônicas, o repositório pode gerar invisibilidade nos metadados, fragmentando epistemologias complexas de cura e cosmologia em categorias genéricas como “usos e costumes”. Esse apagamento informacional reforça a tese de Gondim (2007), que associa esse tipo de fenômeno à perpetuação de um imaginário colonial que desconsidera e silencia as vozes originárias da região.

Para superar essa lógica, a análise apoia-se no Pensamento Complexo de Morin (2005), onde saberes e territórios formam uma totalidade orgânica em cadeia, e na Ciência do Concreto de Lévi-Strauss (1976), que reivindica o rigor lógico das taxonomias tradicionais, bem como nas propostas decoloniais de metodologias de Smith (2018) e no questionamento da lógica classificatória hegemônica ocidental de Gutiérrez (2021). Assim, o arcabouço aponta que a justiça social na recupera-

ção da informação depende do direito de as comunidades reivindicarem o controle sobre sua própria representação, permitindo que a autonomia informacional reflita a pluralidade da realidade amazônica.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta pesquisa adota uma abordagem métrica, descritiva e exploratória para comparar a linguagem natural (indexação autoral) e a documentária (vocabulário controlado) visando identificar distorções ontológicas e silenciamentos no sistema de recuperação da informação, por meio de etapas ilustradas na Figura 1.

Figura 1 – Caminho metodológico.



Fonte: Elaborado pelos autores com uso do NotebookLM.

Conforme observado na Figura 1, o percurso metodológico da pesquisa dividiu-se em quatro etapas principais:

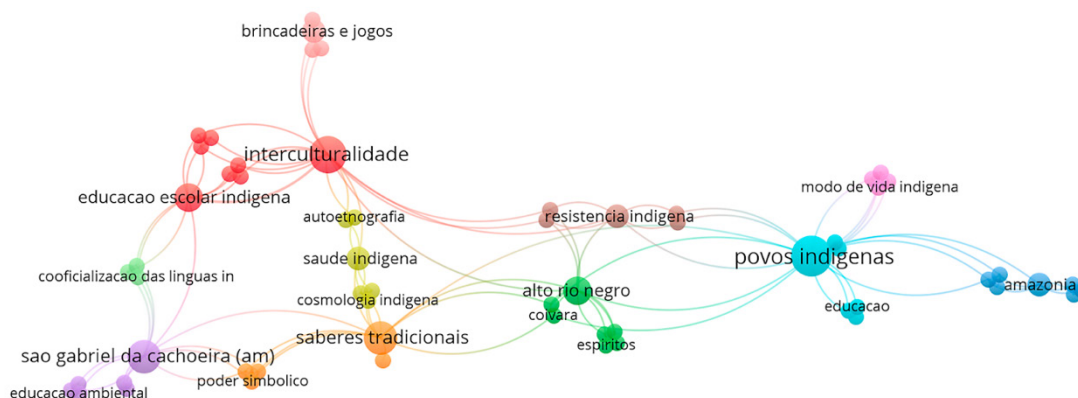
- 1. Coleta e Amostragem:** Extração das palavras-chave dos autores e dos descritores do sistema BDTD/UFAM (www.tede.ufam.edu.br). A amostra focou em programas com ações afirmativas indígenas (PPGAS e PPGSCA), resultando na seleção de 29 documentos (teses e dissertações defendidas em 2025) voltados a temáticas indígenas;

2. **Organização dos Dados:** Tabulação das informações em duas matrizes comparativas onde, a primeira com a linguagem original dos autores e a segunda com a política de indexação da base;
3. **Geração de Redes:** Foi utilizado o *software VOSviewer* para mapeamento relacional. Visando uma análise decolonial, adotou-se contagem completa (*full counting*) com limiar mínimo de ocorrência igual a 1, garantindo a visibilidade de termos nativos singulares. A padronização via tesauro do *software* foi aplicada apenas à lista dos autores;
4. **Análise Temática:** Comparação estrutural e temática entre os dois grafos gerados (autores vs. sistema) para a obtenção dos resultados e considerações finais.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para investigar as discrepâncias entre a linguagem dos autores (Garantia Cultural) e o vocabulário controlado da BDTD/UFAM (Política de Indexação), aplicou-se uma análise bibliométrica de redes de coocorrência de palavras-chave. Os grafos gerados mapeiam a produção acadêmica sobre a temática indígena amazônica e evidenciam visualmente o impacto do processamento documentário na representação da informação.

Figura 2 – Coocorrência de palavras dos Autores



Fonte: Elaborado pelos autores com o uso do VOSviewer (2026).

Disponível online em: <https://tinyurl.com/2amp93th>

O grafo gerado a partir das palavras-chave dos autores (Figura 2) revela uma rede densa em suas conexões, orgânica e com coesão estrutural. A análise de clusters demonstra a formação de agrupamentos temáticos bem definidos, onde macro-tendências teóricas como “interculturalidade”, “saberes tradicionais” e “povos indígenas” operam como nós centrais, estabelecendo fortes arestas de ligação com conceitos relativos à agenda política (“resistência indígena”, “poder simbólico”) e de questões territoriais (“alto rio negro”, “são gabriel da cachoeira (am)”). Do ponto de vista estrutural, a arquitetura deste grafo ilustra graficamente a natureza interdisciplinar das pesquisas, observada através da teia semântica formada pelos campos de saúde, educação, território e cultura.

Figura 3 – Coocorrência de palavras-chave da base



Fonte: Elaborado pelos autores com o uso do VOSviewer (2026).

Disponível online em: <https://tinyurl.com/2xlvz58x>

Já a Figura 3 (vocabulário controlado da BDTD/UFAM) revela uma rede esparsa e fragmentada que substitui a complexidade relacional por conexões lineares simples. Essa estrutura gera distorções ontológicas, reduzindo e fragmentando saberes interdisciplinares em nós genéricos, como exemplificado pela subordinação do termo “medicina alternativa” ao agrupador genérico “índigenas-usos e costumes”

Ademais, observa-se que a rede do sistema BDTD/UFAM promove o apagamento da relação entre território e cultura através de uma padronização generalista. *Clusters* geográficos essenciais na linguagem autoral, como “São Gabriel da Cachoeira” e “Alto Rio Negro”, desaparecem no vocabulário controlado e, conseqüentemente, essa generalização compromete a recuperação da informação e invisibiliza a rica diversidade sociodemográfica, multiétnica e linguística da região analisada, ignorando, por exemplo, que São Gabriel da Cachoeira é reconhecida como a cidade mais indígena do Brasil, abrigando mais de 20 etnias e línguas cooficiais.

Ao final da análise, entende-se que a base de dados não apenas comete falhas pontuais de sinonímia, mas opera sob uma lógica cartesiana e colonial que desestrutura a rede de significados original, isolando a ciência decolonial em categorias hegemônicas e estáticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo demonstra que a imposição de linguagens documentárias hegemônicas à produção científica amazônica gera um processo de simplificação teórica e apagamento político. Mais do que uma falha técnica, essa assimetria configura uma violência epistêmica institucionalizada, pois ao sobrepor categorias universais aos saberes nativos, o sistema descumpra as premissas da Garantia Literária (Hulme, 1911) e da Garantia Cultural (Beghtol, 2002), negando aos povos originários o di-

reito fundamental de serem indexados e representados a partir de seus próprios sistemas de valores.

As oposições observadas nos grafos gerados, como a reclassificação de sistemas epistemológicos indígenas para “usos e costumes”, não são erros aleatórios de indexação, trata-se do desdobramento tecnológico do que Gondim (2007) aborda em seu livro *A Invenção da Amazônia*. Conforme a autora e a base estudada, nota-se que o sistema de recuperação da informação automatiza e perpetua um imaginário colonial que trata a região como uma localidade exótica, destituída de fronteiras e de vozes originárias. Ademais, ao folclorizar a ciência e a tecnologia indígena, a base de dados ignora os rigores lógicos e operatórios das taxonomias e dos saberes tradicionais, como defende Lévi-Strauss (1976) em *O Pensamento Selvagem através da Ciência do Concreto*. A indexação institucional insiste em fragmentá-los, subalternizando o conhecimento originário perante o rigor acadêmico ocidental.

Enquanto a rede discursiva dos autores ilustrou a teia indissociável do Pensamento Complexo teorizado por Morin (2005), onde saberes, territórios, poder simbólico e saúde formam uma totalidade orgânica, o grafo do sistema revelou uma fragmentação simplificadora destes conceitos. A política de indexação vigente fragmenta a complexidade do conhecimento amazônico e a classificação documental hegemônica operam como máquinas de homogeneização que adulteram a diversidade epistemológica para encaixá-la em gavetas universais padronizadas (Gutierrez, 2018).

Dessa forma, a adequação das políticas de indexação apresenta-se como um passo importante para a disseminação e recuperação do conhecimento produzido sobre a região. Conforme discutido por Smith (2018), os sistemas de classificação

historicamente posicionaram os povos indígenas e as culturas locais como objetos de estudo, frequentemente organizados e nomeados a partir de referenciais externos. Para a autora, parte do processo de descolonização metodológica envolve o direito de reivindicar o controle sobre a representação, permitindo que as próprias comunidades tenham autonomia para nomear o mundo de acordo com suas linguagens e epistemologias. Sendo assim, a incorporação das terminologias nativas e regionais nos sistemas de organização informacional dialoga com esse movimento, garantindo que a classificação dos documentos reflita de forma mais equilibrada a pluralidade da realidade amazônica.

Por fim, sugere-se um estudo mais aprofundado em outros repositórios da região, bem como a realização de pesquisas voltadas para a construção de vocabulários controlados focados nas temáticas amazônicas, co-construídos com os próprios povos originários da região. Adicionalmente, novas investigações podem vir a analisar o comportamento de busca dos usuários nestes sistemas, visando compreender qual o impacto que a inclusão ou a omissão de descritores decoloniais possui na recuperação efetiva da informação.

REFERÊNCIAS

BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220410210441> Acesso em: 20 dez. 2025.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GUTIÉRREZ, Antonio L. Garcia. **En pedazos: el sentido de la desclasificación**. Madrid: ACCI (Asociación Cultural y Científica Iberoamericana), 2021.

HULME, E. Wyndham. **Principles of Book Classification**. Library Association Record, London, 1911.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.



MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Tradução do francês: Eliane Lisboa - Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

OLSON, H. A. **The power to name: locating the limits of subject representation in libraries**. Kluwer Academic, 2002.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **TEDE: Teses e Dissertações Eletrônicas**. Manaus, [s.d.]. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/>. Acesso em: 2 mar. 2026